



## O “TRÂNSITO” ESPACIAL E A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NO OÍKOS ATENIENSE DO PERÍODO CLÁSSICO

Juliana Magalhães dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo apresentaremos algumas considerações a respeito da sexualidade das mulheres no espaço da casa ateniense no período clássico. A partir de fontes forenses áticas, tentaremos destacar possíveis leituras a respeito da dinâmica sexual feminina no espaço privado. Nosso objetivo é identificar as tentativas de ruptura e negociação da ordem estabelecida. Consideramos que as ações furtivas e as micro táticas expressavam desejos e interesses sexuais específicos, indicando que o controle estabelecido a partir da lógica masculina não era hegemônico. Instituídas através de “brechas” em atitudes e comportamentos cotidianos, constituíam uma “gramática própria” que tensionava e desregulava temporariamente o papel designado para uma mulher.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Espacialidade; Grécia Clássica.

Dossiê

Ao analisarmos a presença feminina no *oikos* ateniense do período clássico, apresentaremos como as mulheres de diferentes condições sociais circulavam por esse espaço. Em específico, a presença da mulher casada (*gynê*), da cortesã (*hetaira*) e da concubina (*pallakê*). Escolhemos essas três categorias pois conseguimos identificá-las com maior precisão na documentação escrita devido à significativa quantidade de informações que temos sobre elas. O mesmo ocorre com a documentação iconográfica. Demonstraremos que a circulação espacial de cada uma delas era percebida de maneira diferente pelos oradores áticos. Isso significa dizer que elas, por intermédio de suas práticas, interferiam na dinâmica do cotidiano da casa de formas peculiares. E essa interferência pode ser percebida por meio do corpo feminino, e como ele se expressava sexualmente. Ao desdobrarmos essas ações táticas, vemos que elas passam despercebidas, misturadas na homogeneidade da vida cotidiana dos atenienses. Elas permanecem invisíveis em meio a uma “proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os patchworks do cotidiano” (CERTEAU, 1994, p. 45).

<sup>1</sup> Doutora em História Antiga pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA) da Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: jumagasantos@gmail.com.



A representação de personagens femininos na documentação ática clássica, apresenta ao público estruturas comportamentais fixas, situadas entre o ideal desejado e o comportamento desviante. Penélope e Helena são exemplos de representações homéricas diametralmente opostas: uma é a esposa zelosa do lar, a outra é a bela jovem libidinosa e traiçoeira<sup>2</sup>. Ambas figuram como composições de referência, presentes no imaginário ático durante o período clássico. Os adjetivos sábia e cuidadosa são constantemente relacionados à Penélope<sup>3</sup>. No épico *Odisseia*, tais referências servem como um pequeno exemplo do processo de identificação da conduta feminina associado à construção de seu papel social, especialmente tal processo é construído a partir do espaço privado do *oikos*. Helena aparece na *Iliada* de forma diametralmente oposta. Ela está associada ao espaço público. Ao escapar do *oikos* familiar com Paris e se instalar em uma terra e um *oikos* desconhecido (não-familiar), ela passa a ser considerada traidora e sedutora<sup>4</sup>. Penélope permanece no *oikos*; Helena, foge do *oikos*. Penélope é fiel ao seu esposo; Helena é infiel ao seu esposo. Penélope permanece na terra de seu esposo; Helena migra para longe de seu esposo. Observa-se nessas antíteses a existência de um mecanismo discursivo de qualificação a partir da contraposição entre o espaço privado e público, que identifica os papéis sociais e seus respectivos valores. Cabe, por isso, abordar as diferenças entre os espaços de maneira a compreendermos como o sistema social (e político) separava cidadãos e não-cidadãos. Essa separação “ideal” não coincide com as ações femininas apresentadas ao longo da tese, demonstrando que o espaço privado era um local de intensa negociação dos papéis de gênero e da sexualidade de suas ocupantes.

Segundo Theml (1998, p. 9), “o público e o privado formavam uma esfera tensional na sociedade da pólis dos atenienses”. Suas principais categorias eram, respectivamente, a *pólis* e o *oikos*. Para a autora, esses espaços definiam os comportamentos sociais, organizando as relações entre pares e entre diferentes grupos. Essa relação ao mesmo tempo em que gerava uma complementaridade condicionava os indivíduos às relações estanques, devido à delimitação dos

2 Sobre a perspectiva de alteridade entre Helena e Penélope, ver: HOMERO, *Iliada*, II, v. 581; III, v. 146; 111, 381, 421; XIX, v. 309; XXII, v. 111; IX, v. 114; IX, v. 233; IX, v. 328, etc..

3 Sobre Penélope, ver: HOMERO, *Odisseia*, I, v. 178 e 325; II, v. 84 e 267; IV, 100, 675, 715, 758 e 795; V, v. 192, XI, v. 440, XIII, v. 366; XIV, v. 147 e 360; XV, v. 1 e 301; XVI, v. 90, 266, 308, 393 e 434; XVII, v. 1, 84, 380, 462, 505 e 560; XVIII, v. 124, 169, 206, 250 e 290; XIX, v. 47, 89, 277, 317, 361, 455, 499, 544 e 576; XX, v. 345; XXI, v. 1, 118 e 311; XXII, v. 378 e 465; XXIII, v. 49, 85, 129, 231 e 263; XXIV, v. 191, 280 e 365.

4 Ainda que a não haja menção direta a esses dois termos na produção homérica, o rapto da personagem por Paris incorre na noção de adultério e sedução. Sua descrita beleza possuiria o poder de seduzir os homens, o que possivelmente implicou em uma das justificativas para seu rapto. Sobre os atributos de Helena ver em Reckford (1964); Ryan (1965); Groten (1968); Blondell (2009; 2013); etc.



espaços que cada um deveria ocupar (THEML, 1998, p. 68). Ainda assim, a busca pelo equilíbrio era esperada, tendo em vista a separação demarcada de cada espaço. Essa separação esquemática organizava também o local ocupado por cada indivíduo. As mulheres cidadãs, a casa; as prostitutas, a cidade e o trabalho.

A descrição do contato e do convívio cotidiano entre mulheres cidadãs e prostitutas não foi alvo de preocupação dos autores antigos<sup>5</sup>. Compreendemos o porquê dessa preocupação não aparecer nas fontes documentais: como tentativa de impedir que não-cidadãs e cidadãos pudessem entrar em contato; e para não incitar uma sexualidade desregrada, que não fosse condizente com o ideal de comportamento feminino cidadão para casamento. Não obstante, o eventual contato entre prostitutas e mulheres casadas não poderia ser negado, se pensarmos na circulação de indivíduos e bens comuns (ruas, templos, comércio, fontes) dispostos pela *pólis* (JAMESON, 1990, p. 105). Pensando sobre a lógica do espaço privado, isso também seria possível ainda que fosse pelo simples compartilhamento temporário de espaços. Como, por exemplo, em locais de trânsito entre cômodos como corredores, portais, portas e quintais. Ao nos referirmos ao *oikos*, supomos que isso era provável durante os períodos de *sympósia*, por exemplo, onde poderia ocorrer movimentação de pessoas transitando entre o espaço público e privado. Ainda que existissem *oikoi* que permitam ao *andrôn* ter uma entrada separada da entrada principal (NEVETT, 1999, p. 45), era possível supor que nem todas as residências tinham tal configuração. Logo, supomos um trânsito maior pela casa. Isso nos leva a crer que o encontro entre os habitantes da casa e aqueles que se encaminhassem para as *sympósia* se encontrassem.

Quando pensamos em trânsito nos referimos às ideias de Certeau (1994, p. 95) sobre o procedimento de caminhar como um *fazer próprio* de quem pensa o espaço através das táticas. O autor reflete sobre o indivíduo que pensa a cidade quando caminha e constrói caminhos por ela, levando consigo a inteligibilidade da prática cotidiana<sup>6</sup>. Desviar, cortar caminhos, criar atalhos,

5 Mencionamos o fato de que não há produções literárias que mencionem descrições sobre mulheres casadas e de mulheres não cidadãs em regime de ostensiva convivência. Ainda que elas pudessem ter contato entre si, fosse espacial ou social ele era breve. Como exemplo, a relação entre a Madrastra e a concubina de Philoneus ilustra o caso (LÍSIAS, 1).

6 A prática cotidiana é pensada e construída a partir de como o indivíduo se posiciona e desenvolve uma relação com o espaço. Caminhar permite ao indivíduo elaborar um fazer próprio às práticas inventivas e se estabelecer diante do condicionamento institucional. Isto posto, o espaço da invenção se dá na tensão entre o indivíduo e a cidade através da inteligibilidade cotidiana que demarca a simbólica das posições de si sobre o "outro". Caminhar pela casa representa demarcar "território" e "posição" diariamente, reconstituindo os passos e as ações provenientes da maneira a reorganizar a noção de controle e força. Embaralhando e confundindo os sentidos da ordem pré-estabelecida.



são maneiras de impor a cidade uma lógica própria, diferente da previamente estabelecida (CERTEAU, 1994, p. 101). Assim caminhar é uma forma elementar de experimentar e transitar, tateando os espaços que não se veem para escapar a ordem imposta. Pois “*caminhar é não possuir lugar*” (CERTEAU, 1993, p. 183). Ainda que Certeau argumente que essas práticas não estão previstas para locais geograficamente circunscritos, consideramos importante repensá-las no *oikos* para a relação das mulheres que ali circulam. Diferente do espaço público, a vida privada para as mulheres não é o espaço impessoal, do desconhecido, do perigo. Ela representa a organização, as relações familiares e a constrição. Ali não se organiza o trânsito e a interação dos fluxos sociais públicos, dos múltiplos espaços de poder que constroem desordenados, entremeados pelo cotidiano. Segundo o autor,

[...] Este não-lugar [o espaço público] lhe permite sem dúvida bilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1994, pp. 100-101)

Consideramos que as possibilidades para o estabelecimento de uma “vigilância do poder proprietário” estão radicadas no espaço privado. Nem todos as ações femininas são captados por aqueles que estão ao seu redor, pelos que detêm estrategicamente o controle sobre as mulheres. Apesar de disporem do espaço público para o seu trânsito, os homens não possuem o controle total do tempo para a vigilância intensiva das mulheres, o que permite que elas estabeleçam táticas para fugirem do controle masculino. Se para cozinhar, ações, misturas e técnicas proporcionam sabores e texturas únicas às iguarias (GIARD, 2002, p. 65), assim também é a atuação feminina no seu proceder em outras áreas. Mesmo que circunscritos, seus atos são possíveis e temperam a vida do *oikos* e da *pólis* com peculiaridades advindas de sua atuação. A restrição do espaço tornou o seu caminhar inventivo, e, por isso, a sua atuação e trânsito se dá em todos os espaços da cidade.

Entendemos que é no *oikos* que se estabelecem aqueles vindos do espaço público, para o repouso e o descanso, carregando consigo parte de sua lógica. Há ainda certa permanência, representada na maneira inventiva com que as mulheres manejavam a sua relação com o espaço. O comportamento da esposa de Eufileto, por exemplo, e as táticas que ela utilizava para transitar entre espaços privados e entre o espaço público e o privado são dignos de nota (LÍSIAS, 1). Através dela, é possível vislumbrar a existência de uma



contraposição entre constrição e liberdade. A maneira inventiva como ela reorganizou as relações pessoais no espaço público, e aplicou nelas a lógica do espaço privado, é um exemplo do campo de possibilidades das ações femininas. Durante o enterro da mãe de Eufileto, a sua esposa entrou em contato com Eratóstenes, o amante (LÍSIAS, 1:8), e a partir dali o seu comportamento dentro do *oikos* mudou (LÍSIAS, 1:9-11). Essa mudança também transpareceu na reorganização do domicílio (LÍSIAS, 1:10). A troca de cômodo entre Eufileto e a sua esposa para melhor atender o bebê (LÍSIAS, 1:9) e a decisão de trancar a porta do quarto com a chave (LÍSIAS, 1: 13) mostram que ela, na restrição de seu trânsito, tomou iniciativas, agiu. As suas táticas de locomoção pelo domicílio evidenciam novas maneiras de lidar com o espaço. Ela obedece a restrição da área transitável, mas atua nesse espaço com notável inventividade<sup>7</sup>. Ao caminhar pela habitação e usar a possibilidade de fechar as portas, ela criou zonas de isolamento. Ao mudar o seu espaço de trânsito e ao dar novas utilizações para cômodos específicos, ela utilizou essa liberdade como recurso para a ampliação de sua atuação consoante os seus interesses.

Diante do exemplo exposto, condicionar o espaço aos objetos e *status* social, e não a quem os utiliza, é um equívoco. Um “quarto de casal” não é ocupado necessariamente por um casal: ele ganha sentidos e significados quando há, por exemplo, uma cama de casal instalada. O mesmo acontece com o que chamamos de “quarto de empregada”, quando a casa não possui pessoas contratadas para utilizá-lo – ele pode ser transformado em despensa, armário/*closet*, escritório *etc.*<sup>8</sup>. A lógica da transformação das funções dos espaços consoante seus usos revela o desafio de desconstruir, reconstruir, repensar, encurtar ou prolongar o percurso no meio privado, uma vez que

7 Segundo Certeau (2002, p. 257), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (2009, p. 38). Essa caça se dá através da lógica de surpreender o controle das ações humanas de acordo com os usos do tempo e do espaço em seu favor. Consideramos que a inventividade, entendendo-a como “modo de fazer”, é uma prática que pode provocar a inovação e o protesto. Essa posição está condizente com a percepção de Giard, que percebe a inventividade como uma prática da diferença racionalizada, portanto inteligente.

8 Referimo-nos rapidamente à vida contemporânea, recorrendo a certo anacronismo, com o objetivo de refletir e aprofundar as noções sobre o cotidiano da casa na antiguidade clássica. Não temos por objetivo transplantar uma época na outra, mas imaginar a partir de nossos referenciais a percepção a respeito do espaço privado para os atenienses. Por isso, levamos em conta as concepções sobre a fluidez do espaço pensados por DaMatta (1985). Referimo-nos a concepção da casa como um local que dialoga com o espaço público a partir de referenciais preestabelecidos que filtram, tal como uma malha, boas e más interferências de ambos espaços. Cada espaço possui sua definição intacta; porém, o cotidiano permite que os indivíduos, através da vivência diária, tencionem, distorçam ou viabilizem o diálogo entre o público e o privado.



haja restrições de circulação no espaço público<sup>9</sup>. De alguma maneira, traços da lógica do espaço público passam a operar no nível privado. O trânsito das práticas no espaço público ganha uma racionalidade específica, e a partir das práticas femininas, um sentido e uma gramática própria passa a vigorar.

Essa gramática própria tem os seus fundamentos na noção de fluidez espacial. Relembrando as noções sobre o espaço público e privado pensados por DaMatta (1987), entendemos que essa fluidez, embora seja aparentemente antagônica, não é irreduzível. Segundo o autor (1987, p. 61), a sua reconciliação se dá através de “um modo complexo de estabelecer e até mesmo de propor uma relação permanente e forte entre a casa e a rua, entre ‘este mundo’ e o ‘outro mundo’”. Isso significa primeiramente que a contraposição entre os espaços é pensada para estabilizar o conceito elaborado para cada um. Porém, para manter o “diálogo” entre os espaços, é necessária a implementação de certa lógica pública no espaço privado, e vice-versa. Para os atenienses, o espaço público da *pólis* é pensado como uma concepção social que se submete ao poder masculino a partir da razão e das disputas políticas e físicas. O privado absorve sua lógica ao implementar a disputa de forças e entre os seus moradores, tendo no homem a sua figura central. Para DaMatta (1987, p. 52), tal observação é “denotativa de um espaço que, além de ser comum às várias categorias sociais, é também sexualmente motivado”. Logo, os espaços ocupados pelas mulheres são espaços intermitentes, não-exclusivos, não-excludentes. As suas divisões são estabelecidas pela chancela masculina. Há uma divisão racional guiada pela referência masculina pública. Isso cabe tanto para o *andrôn* quanto para o gineceu.

Essas reflexões servem para pensar o gineceu não como um espaço condicionado ao feminino, mas como local usado por mulheres, mas não somente por elas. O fato de todas as casas possuírem tal cômodo servem também para pensar que o espaço de circulação interno cria uma lógica própria que se adapta à realidade daquele que o ocupa, ou que é transformado pelo mesmo. As ações são praticadas a partir da maneira como os indivíduos e os grupos

9 Remetendo as concepções de Sennett (2003, pp. 29-61) acerca do corpo do indivíduo ateniense, entendemos que o feminino ajudava a intermediar o condicionamento dos espaços através de práticas sociais específicas. A nudez masculina cidadã, vista como um elemento inibidor das potencialidades físicas do outro (mulher, estrangeiro, escravo) condicionava comportamentos sociais pela diferença e pela incompatibilidade da semelhança. Nesse sentido, o corpo feminino se submeteria a dois sistemas sociais: o de ordem social e o de ordem física. O espaço privado não pertence ao feminino, mas o seu corpo pertence a esse espaço devido às necessidades públicas. As formas das mulheres se relacionarem com os espaços únicos, próprios, inventivos e específicos de acordo com suas condições sociais, financeiras e geográficas, acabam constituindo formas de burlar tais limites.



sociais lidam com noções do que é caminhar, ocupar, preencher o vazio, isolar e agrupar. As mulheres que convivem no *oikos*, ainda que não compartilhem das experiências ou mesmo do espaço (ainda que temporariamente), compartilham uma lógica própria de gênero e assumem uma condição sujeita ao controle. Entendemos, portanto, que as táticas inventivas das mulheres são uma maneira de demonstrar um ser e um estar no mundo a partir da condição social e da distinção sexual entre homens e mulheres.

O contato com o mundo exterior, o trânsito no universo público e a captação de sua lógica são influências potencialmente danosas à representação do ideal feminino. Neera é exemplo disso: ao tentar aplicar as práticas de atuação como *hetaira* no espaço privado, ela se torna passível de ser acusada de transformar o *oikos* de Estéfano, com quem coabitava maritalmente, em lupanário (DEMÓSTENES, 59:122). Além de Neera, a sua filha, Fano, também é acusada de ser uma *hetaira*, logo, não-cidadã. Tal filha, ao se casar com Frastor, um cidadão (DEMÓSTENES, 59:50), passou a se relacionar autonomamente com a esfera pública, ainda que não possuísse as condições básicas para pertencer ao espaço privado cidadão: o recato, as 'boas' relações familiares e o pudor social.

A mãe de File (ISEU, 1:13) também não possui condições de se relacionar com um cidadão. O seu comportamento no *oikos* é o contrário do esperado para uma *gyné*. Segundo relatos de vizinhos e conhecidos, a mãe de File protagonizou brigas, cenas de desordem e até mesmo serenatas quando vivia com Pirro, seu suposto marido. Por isso, a sua condição de mulher casada com um cidadão é posta em dúvida pelo acusador, uma vez que tal comportamento corresponde à prática da prostituição, isto é, à condição de não-cidadã. Essa associação permite que Iseu condicione o público a olhar para a mãe de File com dúvida, denunciando outras atitudes que cidadãs não tomam, como a participação em banquetes e a refeição na presença de estranhos (ISEU, 3:14).

Mais uma vez, a lógica da vida pública se impõe sobre a privada a partir da condição social. A inserção no espaço privado daquilo que se faz em espaço público gera conflitos na sociedade políade devido à gravidade da inadequação do comportamento feminino. Como Neera e a sua filha Fano (DEMÓSTENES, 59), e File e sua mãe (ISEU, 3) a ação feminina não-cidadã é registrada, mas interdita. Assim também acontece com Timarco (ÉSQUINES, 1), que talvez seja um caso exemplar de não-equivalência entre o papel social esperado e o performado. Essa não-equivalência afetava a maneira como Timarco era compreendido pelo júri, especificamente na maneira como ele se relacionava com o espaço privado. A mobilidade social de Timarco (cidadão-escravo-cidadão), o lança em uma zona social flutuante,



uma vez que ele está imbuído da facilidade para transitar por entre os estratos sociais. Por outro, o comportamento não-cidadão parece ter marcado as suas ações, condicionando-o ao eterno estigma de ser desprovido de liberdade jurídica e pública.

Outro problema relacionado à esfera feminina e possível de ser encontrado dentro do próprio *oikos* é o contato entre as *gynai* e as *pallakai*. As *pallakai* podiam ser escravas que exerciam funções no domicílio, ou mulheres mantidas para “os cuidados do corpo” (DEMÓSTENES, 59:122). Após se tornar amiga de uma *pallaké* e aprender com ela uma maneira de recobrar o afeto matrimonial, a Madrasta citada por Antifonte aplica as recém-adquiridas *téchnai* no marido durante um banquete (ANTIFONTE, 1:14). Ou seja: a Madrasta parece se apropriar de uma lógica externa e proveniente de alguém que não lhe é familiar. Esse alguém possui uma relação com o mundo público, pois, diferente da madrasta, ela se relacionava sexualmente com um homem fora dos laços matrimoniais. Ainda que a droga não tenha sido ministrada na casa da Madrasta, ela foi aplicada na casa de Filoneu, localizada no Pireu (ANTIFONTE, 1:16). A tática de “convencimento” (poção) da Madrasta e da *pallaké* é aplicada num espaço que não lhes é próprio, utilizando o tempo (celebrações a um deus familiar) e o local (casa de Filoneu) em seu favor para realizar a sua ação. Nesse procedimento que visa a predisposição afetiva e a sedução, desencadeia-se não somente a troca de experiências entre duas categorias sociais distintas, mas também inesperados diálogos e contatos. Desfaz-se, pelo menos para os casos apresentados, a noção estanque de mulheres que possuem representações e modos de fazer assimétricos.

O curioso caso apresentado em Filoctemon (ISEU, 6) guarda semelhanças com os demais apresentados aqui, principalmente sobre a relação entre sexualidade feminina e espaço privado<sup>10</sup>. Euctemon, pai (adotivo) de Filoctemon, alugava uma moradia para uma proxeneta, que havia comprado a escrava Alce para se prostituir<sup>11</sup> (ISEU, 6:19). Depois de deixar o ofício,

10 O tema não se constitui peça central do argumento, uma vez que ele trata da disputa da herança de Euctemon. O declarante, Querétrato, filho adotivo de Filoctemon, argumenta a sua elegibilidade para receber parte da herança de Euctemon por ser um descendente vivo (ISEU, 6: 2). Isso porque Euctemon era o pai adotivo de Filoctemon, e Querétrato, como seu filho adotivo, deveria fazer parte da partilha. Por isso, ele receberia parte de uma herança dividida pelas duas filhas de Euctemon. O caso, segundo Wyse (2007, pp. 480-487) possui evidências frágeis e não se sustenta; logo, a petição provavelmente foi indeferida.

11 Froster (1962) cita que Wyse (1904) considera a sentença καθήστο ἐν οἰκήματι [*kathésto en oikémati*] uma expressão técnica para designar as mulheres que realizam atividades ligadas à prostituição.





ela passa a gerir uma moradia de Euctemon no bairro do Cerâmico. Tempos depois, Euctemon deixa seu *oikos*, mulher e filhos, e passa a viver com Alce no domicílio em questão (ISEU, 6:20-21). Esse ato é considerado pelo acusador como uma atitude de consequências desagradáveis, pois os filhos de Alce (com Dion) foram incluídos na *phratría* de Euctemon (ISEU, 6:21), o que implicava neles serem considerados seus herdeiros elegíveis (ISEU, 6:22). O documento apresenta algumas interseções entre o espaço e o gênero feminino, com foco na sexualidade: 1) a possibilidade de uma mulher gerenciar um espaço privado que não fosse voltado exclusivamente para o uso familiar<sup>12</sup>; 2) a multiplicidade de atividades comerciais femininas não-cidadãs no espaço privado - sexual, administrativa; 3) as formas de coabitação que não eram reguladas pelo casamento entre o cidadão e o não-cidadão<sup>13</sup>; 4) os dois diferentes tipos de *oikos* - o familiar cidadão e o familiar não-cidadão.

Este último ponto demonstra o contraste entre as duas maneiras de se perceber o *oikos*: através do *status* social e a através da função de seus ocupantes. Aqui há uma contraposição entre as características dos *oikoi*: uma está ligada à cidadania e à família cidadã, representada pela esposa e filhos; e a outra está ligada à não-cidadania e à prostituição. Quando está ligada ao *oikos* familiar, a sua conduta não é mencionada. Porém, quando ela se desloca para a casa onde Alce vive, seu comportamento é questionado. Segundo Iseu, Alce forçou o deslocamento de Filoctemon (ISEU, 6:20) e o condicionou a uma vida de vários vícios (6:22). Logo, o *oikos* ligou-se a uma lógica feminina pública (prostituta), passível de escrutínio social, assim como aconteceu com a casa de Neera e Estéfano (DEMÓSTENES, 59).

Através dos exemplos dados temos percebido a ostensiva interferência das mulheres no *oikos*, fosse através da modificação do espaço ou através de seu trânsito. Estabelecida como elemento atuante no *oikos*, a sua sexualidade frequentemente está associada a mudanças que ocorrem nesse espaço (LEWIS, 2002). É a partir dessas mudanças que refletiremos sobre o papel feminino. Nesse sentido, pensamos que a expressão sexual feminina precisa estar associada à vida privada. A sexualidade feminina no *oikos* é uma das epifanias de Éros, e a regulação de tal sexualidade, impedindo-a de se submeter às estratégias de sedução das *pallakái*, das *hetairai* ou das *pornai*, é uma forte evidência da força da expressão sexual feminina no domínio privado.

12 Como é o caso de Nicarete, que agenciava sexualmente Neera e mais sete jovens escravas (DEMÓSTENES, 59;18-20).

13 Como Neera e Estéfano em *Contra Neera* (DEMÓSTENES, 59:41) demonstram também essa possibilidade.



O *oikos* cidadão não poderia sofrer influência, em seu comando e organização, dos não-cidadãos. Submetido aos não-cidadãos, o *oikos* perde a sua característica de elemento da cidadania. Por isso a necessidade de resguardá-lo, bem como de resguardar aqueles que estão a ele associados. A vigilância do comportamento dos habitantes do *oikos* visa não deixar que eles se submetam às práticas públicas como a prostituição, práticas essas que interferem significativamente na vida privada e subverte a sua configuração cidadã.

**Abstract:** In this article we will present some considerations about the sexuality of women in the space of the Athenian house in the classical period. From attic forensic sources, we will try to highlight possible readings regarding the female sexual dynamics in the private space. Our objective is to identify the attempts of rupture and negotiation of the established order. We believe that stealthy actions and micro tactics expressed specific sexual desires and interests, indicating that control based on male logic were not hegemonic. Instituted through “gaps” in everyday attitudes and behaviors, they constituted a “proper grammar” that temporarily strained and deregulated the role assigned to a woman.

**Keywords:** Gender; Sexuality; Spatiality; Classical Greece.

## REFERÊNCIAS

### *Documentação textual*

AESCHINES. *Aeschines*. Translation by Charles Darwin Adams. London: William Heinemann Ltd. 1919.

DEMOSTHENES. *Demosthenes*. London: William Heinemann Ltd. 1949.

HOMER. *The Odyssey*. Translation by A.T. Murray. London: William Heinemann, Ltd. 1919.

ISAEUS. *Isaeus*. Translation by Edward Seymour Forster. London: William Heinemann Ltd. 1962.

JEBB, Richard C. *The Attic Orators from Antiphon to Isaeos*. London: Macmillan. 1876.

LYSIAS. *Lysias*. Translation by W.R.M. Lamb. London: William Heinemann Ltd. 1930.

### *Bibliografia*

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 3: Morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1996.



DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

JAMESON, M.H. Domestic Space in the Greek City-State. In: KENT, S. (ed). *Domestic Architecture and the Use of Space. An Interdisciplinary Cross-Cultural Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, pp. 92-113.

LEWIS, Sian. *The Athenian Woman: An Iconographic Handbook*. London: Routledge, 2002.

NEVETT, Lisa C. *House and Society in the Ancient Greek World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Domestic Culture in Classical Greece. In HEKSTER, O.; MOLS, S. (eds.) *Cultural Messages, Bulletin Antieke Beschaving 80<sup>th</sup> Anniversary Supplement*. 2009, 59-66.

\_\_\_\_\_. "Housing". In: ERSKIE, A (ed.) *A Companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell, 2009, pp. 368-380.

THEML, Neyde. *Público e privado na Grécia do VIII ao IV séc. a.C: o modelo Ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.